

A EVASÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS:

Uma análise a partir de um transfeminismo marxista

Marcela José de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos

Coorientadora: Ma. Débora Araújo de Vasconcellos

Resumo

Neste artigo, tivemos como objetivo principal analisar a evasão escolar de estudantes transexuais e travestis através de uma análise transfeminista marxista. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema, explorando outras pesquisas e artigos, como também dados gerados pelo movimento social e reportagens sobre o assunto. Pela proposta transfeminista marxista, utilizamos os conceitos de injustiça testemunhal e hermenêutica da transfeminista Viviane Vergueiro (2015), a visão de gênero de Letícia Nascimento (2021), as percepções sobre a família patriarcal e o capitalismo de Marx (2011) e Engels (2019). Com isso, observamos a evasão escolar da população trans por meio de uma reflexão mais ampla sobre o problema. Caminhamos o artigo para evidenciar que a transfobia - assim como o racismo, a misoginia, o capacitismo, entre outros preconceitos - corresponde a um processo estrutural presente na economia capitalista e, portanto, de difícil superação. Entretanto, os/as professores/as possuem um papel importantíssimo na promoção do debate em sala de aula e precisa ter em sua formação bases para discutir esses pensamentos. Em pleno século XXI, vemos vários retrocessos no campo educacional, sendo gênero e sexualidade novamente posto em um lugar de tabu. Por isso, esperamos, com esse texto, dar visibilidade para esse problema tão atual.

Palavras- chave: transfeminismo; marxismo; travesti; evasão escolar.

Abstract

In this article we had as main objective to analyze the school dropout of transsexual and "travesti" students through a Marxist transfeminist analysis. We carried out a bibliographic review on the subject, exploring other research and articles, as well as data generated by the social movement and reports on the subject. Through the Marxist transfeminist proposal, we use the concepts of testimonial and hermeneutic injustice by transfeminist Viviane Vergueiro (2015), Letícia Nascimento's (2021) gender vision, Marx's (2011) and Engels' (2019) perceptions of the patriarchal family and capitalism. We observe the school dropout of the trans population with a broader reflection on the problem. We walk the article to show that transphobia, as well as racism, misogyny, ableism, among other prejudices, corresponds to a structural process of the capitalist economy and, therefore, difficult to overcome. However, teachers have a very important role in promoting debate in the classroom and need to have these thoughts discussed in their training. In the 21st century, we see several setbacks in the educational field, with gender and sexuality once again being placed in a taboo place. Therefore, we hope with this text give visibility to this very current problem.

Keywords: transfeminist; marxism; travesti; school dropout.

Introdução

A evasão escolar no Brasil é um problema que, segundo Lianara Fornari (2010), foi abordado pela literatura por três aspectos principais: o primeiro, advinda de autores conservadores liberais, que aponta o problema para o indivíduo e sua família, sem levar em consideração fatores econômicos, políticos e culturais; o segundo estaria relacionado com a própria maneira que as escolas se organizam e ligado diretamente à postura de professores diante do aluno e de sua história; o terceiro aspecto, seria decorrente de uma herança cultural, social e econômica que o estudante possui como base para a construção do seu desenvolvimento (FORNARI, 2010, p.122).

Quando pensamos no campo legislativo, o Brasil possui normativas bastante avançadas que dão suporte para a inclusão e o direito à educação como universal e que deve ser garantido para todas as crianças e adolescentes. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394/ 1996, no seu art. 2º, se é afirmado que a educação é um dever a ser cumprido pela família e pelo Estado, garantindo através de princípios de liberdade e ideais humanitários que os/as educandos/as possam ter a garantia do seu desenvolvimento, sendo preparado/a para o pleno exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho (FORNARI, 2010). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo 53 afirma que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Direito de ser respeitado por seus educadores; III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis; V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 2019:43-44).

Mesmo diante de direitos avançados e inclusivos, a realidade nos apresenta vários desafios que nos fazem pensar que apenas a existência das leis não é garantia de sua aplicabilidade, temos a impressão de que a garantia

dos direitos é ainda mais difícil quando nos deparamos com grupos minoritários. Neste trabalho, temos como objetivo principal analisar a evasão escolar das estudantes transexuais e travestis, através de uma abordagem Transfeminista Marxista.

Segundo o defensor público João Paulo Carvalho Dias (presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil em 2016), estima-se que 82% da população trans tenha se evadido das escolas. (ALMEIDA, 2016). Por outro lado, segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) o Brasil é o país que mais mata mulheres transexuais e travestis, sendo 35 anos a “expectativa de morte” desse grupo¹, 90% da população feminina de transexuais e travestis se encontra na prostituição. Com estatísticas tão alarmantes não podemos acreditar que tais marcadores existam por mero acaso, ainda mais quando sabemos que a educação é a principal ferramenta para construção de cidadania e de garantia de melhores condições de trabalho. Se 82% da população trans abandona os estudos e 90% das mulheres trans e travestis se encontram na prostituição, há um problema social que precisa de reflexão e ser posto para análise da sociedade.

Esses dados estatísticos me afetam diretamente, pois como mulher transexual, travesti e com deficiência física, me formando em licenciatura em Filosofia, tenho sofrido na pele injustiças testemunhal e hermenêutica², além do capacitismo, no decorrer de toda minha vida. Marcela não nasceu aos 33 anos, quando saiu na rua pela primeira vez (sem ser no Carnaval) de minissaia e blusinha, quando se identificou pela primeira vez como a “tal Marcela” e nem quando conseguiu retificar o seu nome e gênero no registro civil em agosto de 2018. Também não foi quando realizou a cirurgia de transgenitalização em fevereiro de 2021 (no Hospital das Clínicas de Pernambuco), a Marcela, na verdade, sempre esteve dentro de mim, pois a subjetividade sempre foi minha. Entretanto, foi preciso assumir para sociedade a minha mulheridade e o meu feminino, identidade que sempre foi negada pela sociedade, mas que, de uma forma ou de outra, sempre esteve em mim.

¹ Optamos pelo termo “expectativa de morte” por acreditarmos que o termo reflete mais explicitamente o processo de extermínio de mulheres trans e travestis, que muito se distancia de uma expectativa em viver no nosso país.

² Conceitos que serão trabalhados no decorrer deste artigo.

No decorrer de minha trajetória, pude perceber que antes de transicionar sofria preconceitos sutilmente, hoje em dia, consigo sentir e interpretar as transfobias diárias, que me levam para uma luta contra o fascismo que mata mulheres transexuais e travestis diariamente no Brasil. Não por acaso escolhi abordar o tema da evasão escolar de estudantes transexuais e travestis sob uma ótica marxista transfeminista. Busco dar visibilidade para a população que faço parte, tenho expectativas de que ao debatermos esse tema possamos tirá-lo do papel e levá-lo para as universidades, escolas e a sociedade como um todo, porque fazemos parte de uma democracia e precisamos ocupar os nossos espaços, que não devem ser restringidos às pistas e esquinas.

Diante de tudo isso, falar sobre a evasão escolar de estudantes transexuais e travestis é também de suma importância para Filosofia, partindo do pressuposto de que sexualidade e gênero são palavras que foram retiradas do Plano Nacional da Educação (PNE)³, podemos perceber que até na universidade o tema possui entraves, quando no próprio curso de licenciatura em Filosofia da UFPE não adquirimos uma formação no tema, já que a disciplina não compõe o currículo obrigatório da graduação, mesmo havendo grandes nomes da filosofia contemporânea que estão nesse debate como Judith Butler, Michel Foucault e Simone de Beauvoir. Por isso, esse trabalho traz essas questões para o debate, me sinto impulsionada para pensar as vulnerabilidades da minha população e aproximar a filosofia pernambucana desse debate.

Metodologia

Na metodologia, utilizamos como base, uma revisão bibliográfica, tomando como referências livros com autores (A) da corrente Transfeminista; (B) Marxista; gerando uma proposta de análise a partir de um Transfeminismo Marxista, também utilizamos (C) pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil e dados coletados e organizados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) entre outras que trazem dados relevantes para o tema.

³ Como podemos ver no seguinte link: <

Portanto, é uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica, que traz reflexões sobre os problemas da evasão escolar de estudantes transexuais e travestis, tomando como hipótese que o problema das injustiças vivenciadas no processo de construção das identidades de gênero é um dos principais fatores para a evasão do grupo destacado. Devido ao caráter qualitativo da pesquisa, há limitações acerca da universalidade dos dados obtidos, entendemos que a pesquisa está restrita aos materiais encontrados e a revisão bibliográfica do tema já produzido por outros/as autores/as.

Como o objetivo principal desse trabalho consiste em analisar a evasão escolar das estudantes transexuais e travestis através de dados de pesquisas já produzidas e de referenciais teóricos utilizando uma análise transfeminista marxista, utilizamos para a análise teórica as noções de família e ascensão do capitalismo de Friedrich Engels (2019) e Karl Marx (2011); a perspectiva de gênero da autora transfeminista Letícia Nascimento (2021); as noções de justiça testemunhal e hermenêutica de Viviane Vergueiro (2015); além da percepção de raça e classe apresentadas por Angela Davis (2016).

Transexualidade em uma sociedade patriarcal capitalista

Nas vivências da transexualidade e da travestilidade, percebemos que as normativas de gênero se encontram em um constante tensionamento, já que o sexo designado ao nascer não corresponde com a performance de gênero vivida, ou seja, pensando através da matriz heterossexual (BUTLER, 2017) a sociedade espera que corpos com a genitália pênis performem masculinidade, corpos de genitália vulva performem feminilidade, na transexualidade e travestilidade essa expectativa não é correspondida.

Inclusive, o próprio uso do conceito de gênero para se pensar as diferenças sexuais e as normativas sociais sobre os corpos, é historicamente recente, sendo popularizado na década de 1990 através dos estudos feministas. Segundo Letícia Nascimento (2021), teórica transfeminista, o conceito esteve em forte disputa e debate na segunda metade do século XX, para a autora

(...) o potencial conceitual e político da categoria gênero reside em operar em uma desessencialização e desnaturalização da identidade da mulher, inclusive na tentativa de romper com a ideia de mulher como única possibilidade de constituição de sujeita dentro do feminismo. Desse modo, emerge, por exemplo, a categoria travesti em suas diversas expressões” (NASCIMENTO, 2021:42)

Portanto, retirar a ideia de que as diferenças sexuais e as hierarquias e normas construídas são naturais, que sempre existiram e sempre existirão, possibilita questionamentos profundos sobre os reais motivos para haver violências e exclusões com determinados segmentos da população, no nosso caso, nos auxilia a questionar como a evasão escolar de estudantes travestis e transexuais integra um processo maior de desumanização de determinados corpos e grupos sociais. Segundo Nascimento (2021), “há um forte contexto de criminalização das transgeneridades e conseqüente não reconhecimento dessa experiência como humana.” (NASCIMENTO, 2021:49). O cenário de violência, subjugação e apagamento dessas experiências repercute fortemente dentro das instituições escolares. Em 2022, Maria Lígia Barros escreveu uma matéria intitulada: “Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco no grande Recife”, o evento adquiriu repercussão pública após um vídeo ser divulgado nas redes sociais onde se registrou que outros adolescentes hostilizaram e xingaram as colegas transexuais por elas estarem na fila da merenda feminina.

Mesmo existindo em Pernambuco a lei estadual Nº 17.268/2021, que assegura a identificação do nome social em órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, incluindo assim as escolas estaduais e as instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer, tal lei não é suficiente para garantir o respeito, a integridade e a cidadania de estudantes transexuais e travestis. Segundo Salvador, Oliveira e Franco (2021), ataques como este, vivenciado por essas estudantes, são reflexos de uma estrutura maior:

a identidade de gênero de alunas e alunos, dos sujeitos como um todo, não ocorre em um processo neutro e distante das relações de poder e disciplinamento, de forma que existe, principalmente no ambiente escolar, um conjunto de tecnologias que buscam, a todo preço, manter os corpos e os discursos centrados na norma

cis/heterossexual.⁴ (...) aqueles/as nomeados/as como diferentes na e pela escola passaram a ser historicamente discriminados, em um movimento de seleção e classificação dos sujeitos possíveis, isolando aqueles que fogem ao padrão social e arbitrário. Os/as diferentes, na visão de Alessandra Bohm (2009), são vistas/os como monstros pela escola, lugar que não lhes cabe, não lhes suporta. No mesmo sentido, tudo o que não está no centro, naquilo que é determinado como referência em nossas escolas, passa a ser nomeado e reconhecido como “excêntrico, exótico alternativo, acessório”. (SALVADOR, OLIVEIRA, FRANCO, 2021:3-4).

O caso relatado acima, por ter chegado à mídia, acabou por receber o devido suporte, dando destaque para a intervenção da então co-deputada Robeyoncé Lima⁵, que também é advogada e mulher trans, que mobilizou o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), entre outras instituições para dar suporte às estudantes e garantir a resolução do caso. Entretanto, quantos casos estão acontecendo diariamente e não ganham notoriedade? Quantas estudantes estão sendo violentadas nas escolas brasileiras nesse exato momento? Como as instituições podem garantir os direitos dessa população, quando o próprio Estado não valoriza vidas transgêneras?

Foi por pensar em como as questões de gênero se relacionam com o Estado e, conseqüentemente, com o capitalismo que ousamos em pensar esse problema dialogando com o transfeminismo e o marxismo. Para adentrarmos nessa questão de corpos que não “servem” para o capitalismo observamos através da obra “A origem da família da propriedade privada e do estado”, que segundo Engels (2019) a família monogâmica foi a base da estrutura moderna capitalista, a mesma: “Baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa

⁴ Segundo Brune Camillo Bonassi: “Cisnorma é uma palavra-conceito que vem sendo utilizada a partir da década de 1990 por militantes trans e não binárias em blogs e páginas da internet. (...) a partir de 2011, publicações acadêmicas brasileiras começaram a utilizá-la para descrever a normalidade compulsória, esperada e regulada por instituições religiosas, biomédicas e jurídicas que produzem o entendimento que as pessoas possuem um verdadeiro sexo. Esse sexo será binário, ou homem ou mulher, designado ao nascimento a partir da anatomia (mesmo que a anatomia tenha de ser cunhada), permanecerá imutável no decorrer da vida da pessoa, e será o considerado mais verdadeiro, mais legítimo, mais normal, posicionando automaticamente pessoas trans e não binárias como ilegítimas, anormais, delirantes. (...) Apontar a cisnorma não é deslegitimar a existência de homens e mulheres cisgêneros, mas sim buscar perceber como se produzem na história as concepções de existência de um único e imutável verdadeiro sexo.” (BONASSI, 2017:19).

⁵ Robeyoncé Lima foi eleita em 2018 co-deputada estadual em PE, dentro de uma mandata coletiva (Juntas) pelo PSOL. É considerada a primeira advogada trans do Norte e Nordeste a conseguir o nome social na OAB.

paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos”. (ENGELS, 2019:68-69).

Sabemos que esse homem, que o autor se refere, é branco, ocidental, cisgênero e heterossexual, e suas necessidades são aquelas que deverão ser atendidas, mesmo que isso resulte na exclusão de corpos, principalmente de mulheres, ainda mais sendo essas mulheres transexuais, travestis, pretas, deficientes etc. Pois, vale ressaltar, que o corpo “digno” para gerar o “herdeiro” é o da mulher branca, ocidental, cisgênera e heterossexual. O processo de diferenciação produzido pelo sistema capitalista acarreta várias formas de segregação e desumanização, categorias como classe, raça e gênero, nos auxiliam a perceber como isso se dá nos corpos e nas posições que eles ocupam. O modo de produção capitalista e escravista, por muitos anos moldou e continua moldando as vivências sociais, afetando as possibilidades de experimentar a vida. (DAVIS, 2016).

As injustiças testemunhal e hermenêutica e a evasão escolar

Pensando o nosso problema da evasão escolar de travestis e transexuais, entendemos que a escola ainda é um espaço de manutenção da ordem capitalista e que injustiças são cometidas aos corpos transgêneros por esses dissidirem com a heteronormatividade basilar da família monogâmica capitalista. A teórica transfeminista, Viviane Vergueiro (2015), descreve na sua dissertação “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade” que há duas injustiças perpetradas nos ambientes institucionais que seriam: a testemunhal e a hermenêutica; a primeira, “(...) surge quando alguma pessoa é injustiçada em sua capacidade de prover conhecimentos, enquanto a injustiça hermenêutica surge quando uma pessoa é injustiçada em sua capacidade enquanto sujeita da percepção social.” (VERGUEIRO, 2015:85) Podemos exemplificar com o relato de uma aluna transexual presente na pesquisa realizada por Salvador, Oliveira e Franco (2021):

Foi o meu ano de transição, cheguei no colégio completamente diferente dos outros anos. Minha mãe foi a escola avisar sobre as minhas questões, mas claramente a direção da escola não fazia ideia

de como lidar com “O caso Maria Elis”. Tentaram me impedir de usar o banheiro, mas eu nunca deixei de exercer meus direitos, sempre usei e sempre usarei. Tive que levar leis imprimidas (sic) ou em meu celular para mostrar para a equipe pedagógica que eu tinha direitos e que eles tinham que ser exercidos. Nesse momento de colocação dos meus direitos eu estava com a minha cabeça cheia de problemas por conta da transição recente como depressão, ansiedade e muitas crises de autoestima e disforia de gênero⁶. O colégio pra mim era mais uma batalha, mais um confronto e isso me desestimulava completamente de ir á escola. Eu tinha notas suficientes para passar, mas fui reprovada por conta das faltas, mesmo indo constantemente à equipe pedagógica e expondo minha vida pessoal e meus problemas numa falsa esperança de compreensão. Minha psicóloga da época também não me ajudava muito com essas questões, colocava como se eu tivesse que resolver meus problemas sempre erguida e eu só estava passando por uma coisa normal e que todo mundo passa, ou seja, imagina só como meu corpo e psicológico foram profundamente abalados pelo colégio”. (Maria Elis, 17anos) (SALVADOR, et al. 2021:8-9).

Em relação ao caso de Maria Elis, podemos perceber que diversos atores estiveram causando o sentimento de injustiça, a psicóloga que não dava credibilidade, a equipe pedagógica que não legitimava a sua demanda, tais ações podem ser lidas através do conceito de injustiça testemunhal, quando o ouvinte dá menos credibilidade ao falante, ou seja, os ouvintes deram menos credibilidade as demandas de uma estudante transexual, demandas que por serem diferentes daquelas trazidas por indivíduos cisgêneros⁷ foram interpretadas como de menor valia, isso ocorre com os corpos de identidades (percebidas ou afirmadas) como vemos abaixo na citação de Vergueiro:

Em relação à injustiça testemunhal, reflexo de assimetrias discriminatórias nas definições de quais perspectivas são dignas de credibilidade, há frequentemente uma relação com identidades (percebidas ou afirmadas), no sentido de “a discriminação levar uma pessoa ouvinte a atribuir a uma outra falante menos credibilidade do que ela normalmente faria”. (Fricker, 2006:108). Como aponta Tsosie (2012:1155), “muitas destas práticas existem no nível de interações sociais ou políticas”: a esfera acadêmica não poderia estar isolada destes processos (tanto formais quanto informais), particularmente

⁶ Segundo o Manual Merck de Diagnóstico e Terapia, disforia de gênero seria a sensação causada pela incongruência de gênero, ou uma não conformidade de gênero, que causa dor e sofrimento, normalmente trazendo uma combinação de ansiedade, depressão e irritabilidade. Esse conceito faz parte do “antigo” diagnóstico de transexualismo, atualmente os manuais estão utilizando para o diagnóstico de “Incongruência de Gênero”. Mais informações: < <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiQUI%3%A1tricos/sexualidade-di-sforia-de-g%3%AAnero-e-parafilias/disforia-de-g%3%AAnero> >

⁷ É o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu. Segue o link para mais detalhes: <

em relação às diversidades corporais e de identidades de gênero. (VERGUEIRO, 2015:85).

A injustiça hermenêutica por se caracterizar quando um grupo coletivo julga um grupo específico de forma estrutural, está diretamente atrelada às identidades, nesse caso, as identidades de gênero afirmadas pelas estudantes travestis e transexuais, que tem as suas percepções sociais deslegitimadas pelo coletivo, pela maioria, essa injustiça está diretamente relacionada à economia política, ao modo de organização socioeconômico que viabiliza a vida de ser considerada vivível. Dessa forma, os modos de diferenciação como classe, raça e gênero, reforçam quais grupos são dignos de terem direitos e de gozarem plenamente dos recursos sociais, como a escola. Insultos, zombarias, repúdios como “vocês são biologicamente homens”; “Deus só fez homem e mulher”; “Vocês não são mulheres são homossexuais”; visam deslegitimar e minar a existência de uma subjetividade que dissida da cisheteronormatividade, havendo a presença de discursos que abarcam a ciência e a religiosidade, para justificar uma possível natureza originária do gênero e a necessidade de fiscalizá-la para a manutenção de sua ordem. Para Vergueiro, a questão central da marginalização hermenêutica é que:

Desde uma perspectiva epistêmica, o que é problemático sobre este tipo de marginalização hermenêutica [persistente e ampla] é que ela faz com que o recurso coletivo seja estruturalmente discriminatório, uma vez que ele tenderá a produzir interpretações sobre as experiências sociais daquele grupo de maneira viesada, já que elas são insuficientemente influenciadas pelo grupo em questão e, portanto, indevidamente influenciadas por grupos hermeneuticamente mais poderosos. (FRICKER, 2006:99-100, apud VERGUEIRO, 2015:87).

Portanto, estudantes transexuais e travestis acabam tendo os seus discursos descredibilizados e suas dificuldades em permanecer no ambiente escolar muitas vezes é visto como de responsabilidade delas, sendo interpretadas como estudantes problemáticas, revoltadas, rebeldes, indisciplinadas. Na pesquisa realizada por Salvador, Oliveira e Franco (2021), o Ensino Médio é observado como a etapa escolar de maior evasão para jovens transexuais e travestis, através dos relatos dos estudantes

(...) temos os indexicais “revoltada”, “nenhum apoio”, “me revoltando” e “largando” [que] identificam o participante como alguém que não conseguiu se manter em algumas atividades por não ter recebido o apoio necessário para tal. Portanto, o participante passa a posicionar-se e avaliar-se como alguém que se tornou revoltado. Não é necessário um olhar apurado para entender que não foram essas pessoas que abandonaram a escola, mas sim os agentes envolvidos na educação delas que as abandonaram. A escola não deu conta de abarcar a diversidade existente em seu interior de forma a acolher as diferenças, o que levou a uma desistência por parte dessas pessoas em conviver em um ambiente que se mostrava hostil enquanto passavam por transformações consideráveis em seus corpos e em suas vidas. Diante de tamanha exclusão e invisibilidade, as faltas escolares passam a ser um tipo de fuga do ambiente hostil, o que colabora para os resultados de repetência e consequente evasão. (SALVADOR, et al., 2021:8).

A escola acaba sendo um espaço de facilitação para a reprodução e manutenção das lógicas patriarcal, capitalista, cis-heteronormativa, ocasionando em um ambiente hostil para as diversidades, principalmente para estudantes transexuais e travestis. Vamos observar outro relato captado por Salvador et al. (2021):

Em quase todas as aulas ouvi que pessoas LGBTI “*não eram filhos de Deus*”, que não mereciam viver ou que deveriam apanhar. Isso me fez criar um bloqueio, onde me sentia inferior aos outros alunos. Sendo assim, deixei de apresentar muitos trabalhos, de participar de diversos projetos escolares, me excluía de qualquer grupo de alunos e quase nunca falava em sala de aula (Arthur, 22 anos, grifo dos autores). (SALVADOR, et al., 2021:10).

O relato de Arthur é um exemplo de injustiça hermenêutica, por ter como principais argumentos de deslegitimação os fatores que são da ordem econômica política. A religião é utilizada como base para a discriminação, retirando o jovem da experiência social e da percepção coletiva, ou seja, as pessoas que possuem identidades afirmadas são julgadas por grupos maiores através de discursos coletivos como os verbalizados por grupos fundamentalistas religiosos, gerando um poder social que oprime o indivíduo que diverge.

A transfobia contra estudantes transexuais e travestis ocorre pela reprodução dos pensamentos de instituições da sociedade, como a religião, a família, a escola, as grandes mídias, que se alinham à falta de informação e debate sobre a sexualidade e o gênero. Em pleno século XXI, a sexualidade e sua diversidade continuam veladas nas escolas, nas igrejas, nas famílias,

entretanto, coexiste um cenário musical com músicas de duplo sentido, uma indústria pornográfica cisnormativa, ambiguidades difíceis de serem compreendidas. Segundo Foucault (1988), ao falar sobre a era vitoriana:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõem-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. (FOUCAULT, 1988:9-10)

A era vitoriana, observada por Foucault, se instaura no final da revolução industrial, revolução industrial que foi observada por Marx e Engels, como dito mais cedo, onde surgiu a economia capitalista, que trouxe as noções de família e propriedade privada como conhecemos atualmente e, que podemos afirmar que até os dias atuais há consequências dessa economia política em nossas vidas, refletidas em um ambiente escolar que as próprias palavras “gênero e sexualidade” são interditas e vistas como da ordem do privado.

Estamos no século XXI, mas a sexualidade ainda é pautada pelas instituições de forma velada, como quando foi retirada pelo Estado brasileiro do Plano Nacional da Educação. Entretanto, prevalece os discursos preconceituosos, violentos, agressivos, que muitas vezes brutalizam fisicamente corpos diferentes, como observado pela ANTRA, onde o Brasil é o país que mais mata mulheres transexuais e travestis⁸. As escolas que deveriam promover o conhecimento, não levam o debate para dentro dos seus muros, muitas vezes quando há educação sexual se aborda com uma visão cis-heteronormativa, apagando experiências que não se configuram nesses moldes. O sexo é falado de forma reprodutiva, associando gênero e genitália, retirando toda a percepção social de quem tem identidades afirmativas, trazendo o discurso fundamentalista para o discurso escolar.

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege, pondo a origem da idade da repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre,

⁸ Informação presente no Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, realizado pela ANTRA.

faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: Ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? O sexo e seus efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocada, sua repressão é facilmente analisada. E a causa do sexo — de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele — encontra-se, com toda legitimidade, ligada às honras de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro. (FOUCAULT, 1988:10-11)

Continuamente o discurso da sexualidade tem sido dominado. Antes do século XVII, as pinturas mostravam o “sexo” de crianças, mulheres, homens, e após certos eventos essa nudez se tornou o maior inimigo cultural. Atualmente, tivemos um período de abertura para o debate do gênero e da sexualidade, tendo sido incluído no PNE pelo segundo mandato do governo da presidenta Dilma Roussef, após seu impeachment qualquer trecho em que se citava as palavras “gênero e sexualidade” foram removidos. Novamente, parece ser fácil dominar esse assunto e esconder os verdadeiros problemas.

Enquanto isso, jovens são levadas a evadirem as escolas por sofrerem rotineiramente injustiças testemunhais e hermenêuticas, a constante deslegitimação das suas experiências, os discursos violentos cotidianos, fazem com que essas estudantes se sintam como não dignas de permanecerem e pertencerem ao espaço educacional, reforçando estatísticas trágicas que não são suficientes para sensibilizar e mostrar que muitas vidas estão sendo perdidas.

Considerações Finais

Chegamos ao final do nosso artigo, partindo da nossa investigação sobre a evasão escolar de estudantes transexuais e travestis em uma análise transfeminista marxista, chegamos à seguinte conclusão: a educação é a base para a inclusão cidadã e só com ela que podemos combater o fascismo que nos leva as estatísticas alarmantes, segundo a ANTRA o Brasil é o país que

mais mata mulheres transexuais e travestis, dando uma expectativa de morte de 35 anos que é metade da expectativa para a população cisgênera.

Precisamos repensar o modelo educacional que está posto, pois apenas com a educação, informação e visibilidade que podemos mudar o nosso contexto em relação à transfobia e as injustiças vivenciadas nas escolas por estudantes transexuais e travestis. Precisamos incluir nas universidades disciplinas obrigatórias para os licenciados sobre sexualidade e gênero, para que se formem profissionais capacitados para o debate desses temas em sala de aula. Trazer de volta para a PNE os debates de gênero e sexualidade, tornando um assunto obrigatório a ser discutido, reforçando a diversidade humana e a necessidade de inclusão e cidadania dos corpos diversos, pois vivemos em sociedade, portanto devemos respeitar as diferenças de todes⁹. A visibilidade também é de suma importância, pois corpos transexuais para ocuparem universidades públicas e o mercado de trabalho, precisam anteriormente terem sido incluídos nas escolas, já que a formação escolar é pré-requisito para a obtenção de empregos formais e acesso ao ensino superior, inúmeras vidas trans estão hoje na informalidade, na prostituição, e o processo de inclusão precisa envolver as famílias, as escolas e a sociedade civil. É preciso formar mais professoras e professores trans, a escola precisa ser um espaço que estudantes e professores trans se sintam “protegidos” e “acolhidos”.

Através desse artigo, percebemos que a evasão escolar de estudantes transexuais e travestis é um assunto complexo que envolve várias injustiças vivenciadas no ambiente escolar que tornam muito difícil a permanência desses jovens. Além dos obstáculos que podem ser vividos por todes (cis e trans) há um processo de deslegitimação da existência trans que torna o sofrimento escolar um desafio que precisa ser discutido e levado para o debate público. Enquanto não se fala sobre a diversidade humana, enquanto não se discute gênero e sexualidade, jovens estão sendo empurrados para estatísticas trágicas que reforçam a violência e o abandono dessa população.

⁹ A linguagem não binária, também denominada linguagem neutra, é um fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQ+. O seu uso ainda está em debate na sociedade. Segue o link para mais detalhes: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>>

Esperamos que todes se sintam tocades por essa sementinha que plantamos, que precisamos ter paciência para esperar crescer e dar frutos, entretanto, pela aridez do sistema capitalista a transfobia é um preconceito que faz parte de sua formação, assim como o racismo, que é colonial, como nos traz a lembrança de Xica Manicongo¹⁰, escrava que foi obrigada a se vestir com roupas “masculinas” para viver. É preciso ir mais longe nesse processo de mudança, precisamos repensar nosso sistema econômico político, enquanto isso podemos sonhar e acreditar como estivéssemos plantando para colher os frutos no futuro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Aline. **Evasão escolar entre travestis é bem maior**. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 23 de maio de 2016. Disponível em: <<https://flacso.org.br/?p=15833>> Acesso em: 19 mai. 2022.

ARRUDA, Lina Alves. **Estratégias desconstrutivistas: a crítica feminista da representação**. 2013. 169 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais - Escola de Comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BARROS, Maria Lígia. **Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco**. Brasil de Fato, Recife, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://brasildefatorj.com.br/2022/02/25/duas-estudantes-sao-vitimas-de-transfobia-em-escola-estadual-de-pernambuco>> Acesso em: 10 mai. 2022.

BENEVIDES, Bruna (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2022.

BONASSI, Brune. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017. 123 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

¹⁰ Xica Manicongo foi a primeira travesti não indígena do Brasil. Trazida sequestrada da região do Congo, pertencente à categoria das quimbandas de seu povo, sua expressão de gênero era lida pelo colonizador como feminina. Segue o link para mais detalhes: <https://www.casaum.org/quem-foi-xica-manicongo-considerada-primeira-travesti-brasileira/?gclid=EAlaIqobChMI0qfUuMLQ-gIVDCSRCh0fPgiWEAAYASAAEgLErFD_BwE>

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90.** Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2022.

BROWN, George. Disforia de gênero. **Manual MSD** – Versão para profissionais da saúde. Tennessee, 2022. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/sexualidade-disforia-de-g%C3%AAnero-e-parafilias/disforia-de-g%C3%AAnero>> Acesso em: 7 out. 2022.

BUTLER, **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMPOS, Lorraine Vilela. "Cisgênero e Transgênero"; **Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>>. Acesso em 02 out. 2022.

CASAUM. **Quem foi Xica Manicongo, considerada a primeira travesti brasileira.** Disponível em: <https://www.casaum.org/quem-foi-xica-manicongo-considerada-primeira-travesti-brasileira/?gclid=EAlaIqobChMI0qfUuMLQ-gIVDCSRCh0fPgIWEAAYASAAEgLErFD_BwE> Acesso em: 7 out. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Liberdade é uma luta constante.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada e do estado.** 1 ed. Lebooks, 2019.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027/1260>> Acesso em: 19 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

GARCIA, Cecília. **O acesso à educação para a população trans e a importância de políticas de permanência.** Portal Aprendiz, Gênero - Políticas Públicas - Violência. 26 de julho de 2019. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao-trans/>> Acesso em: 19 mai. 2022.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; ROCHA, Damião. Ideologia de Gênero: Tensões e Desdobramentos na Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Sandra. **Linguagem neutra: “todes” ganha força entre especialistas.** Revista Educação. 281 ed. 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>> Acesso em: 07 out. 2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo: Feminismos plurais.** 1 ed, São Paulo: Jandaíra, 2021.

SALVADOR, Nayara; OLIVEIRA, Anderson; FRANCO, Neil. Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: Algumas reflexões necessárias. **Revista de Educação Pública**, V.30, p. 1-18, jan./ dez. 2021

TOKARNIA, Mariana. **MEC retira termo “orientação sexual” da Base Curricular.** Agência Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento)> Acesso em: 7 out. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.